

RIBEIRO, Renato Janine. A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Capítulo 11

Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme: sobre o mau uso da bibliografia nas teses em ciências sociais

Para Ana Lúcia

Um problema que, como leitor, constato com frequência nos trabalhos acadêmicos em ciências humanas e sociais é sua timidez e pequeno alcance. Penso que isso está ligado a um problema que vale a pena, ainda que em poucas páginas, levantar.

O Brasil avançou muito, estes anos, em termos de produção universitária. Há cada vez mais teses, mais mestres, mais doutores. Mas não estaremos assistindo a uma timidez muito grande no modo como os jovens pesquisadores abordam seus temas? E isso – perversamente – não será resultado, em parte, exatamente desse avanço, já que ele insiste em metodologia, em formação de base e em vários outros elementos que tanto podem libertar quanto prender? Quero dizer com isso: quando se fazem seminários ou grupos de discussão de textos, quando se estudam os textos de referência, quando se conhece bem a bibliografia, isso tanto pode ajudar a liberar a reflexão, quanto pode até-la a modelos já constituídos. O primeiro papel é altamente positivo, e aplaudo-o. Ocorre quando se lêem

textos notáveis, que oferecem pistas novas. Voltarei a ele, adiante, para acrescentar algumas observações. Mas começo pelo segundo, a meu ver o que merece maior atenção, porque nunca o vejo, sequer, mencionado.

Tenho constatado, em muitos trabalhos ditos de pesquisa, que primeiro se procura uma bibliografia de referência, a qual depois é aplicada – mecanicamente – a um objeto ou corpus de estudo. Esse procedimento destroça os melhores textos metodológicos, e os melhores objetos de estudo. Foucault, Geertz e tantos outros assim são constituídos em chaves mestras para tratar de assuntos que podem, sem dúvida, ter a ver com o que eles trabalharam, mas cujo potencial inovador se vê destituído.

O leitor sabe do que falo. Vezes sem conta, alguém pede – ou dá – uma bibliografia para lidar com tal ou qual tema. Estou longe de sugerir que se trabalhe a partir do nada, que se prescindia do que o passado já refletiu; mas quero observar algo a mais: tal demanda, por parte do aluno, ou tal oferta, por parte do professor (e geralmente atendendo a uma solicitação do estudante), tem claramente a função de *reduzir* uma ansiedade. O tema escolhido para a pesquisa é difícil, digamos, e por vezes tentador; em suma (pelo menos em Humanas), os assuntos que escolhemos têm a ver com nosso desejo, o que explica que a um só tempo nos atraíam e nos atemorizam. Mas será correto, será, sobretudo, *enriquecedor*, esvaziar de pronto o temor, a dificuldade, a ansiedade que um tema em nós suscita?

Não será isso o que mais está ocorrendo hoje, devido em boa medida às agências de financiamento à pesquisa, apressadas que estão elas em quantificar mais e mais teses defendidas: *um esvaziamento do desejo* de pensar? Porque não vejo razão, para alguém fazer uma pesquisa de verdade, que não seja o amor a pensar, a *libido* de conhecer. E, se é de amor ou desejo que se trata, deve gerar tudo o que o amor intenso suscita, de tremedeira até suor nas mãos. O equivalente disso na área de pesquisa é muito simples: o susto, o pavor diante da novidade. Mas um pavor que desperte a vontade de inovar, em vez de levar o estudante a procurar terra firme, terreno conhecido.

Não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme. Ora, isto significa, no que nos diz respeito, que devemos deixar de lado pelo menos parte da desculpa bibliográfica. É claro que não se espera de ninguém que reinvente a roda: os autores que nos precederam deram passos formidáveis, e deles nos devemos valer para avançar. Mas é preciso que eles sejam ajudas, e não muletas. Um exemplo esclarecerá. Há coisa de vinte anos, folheando o catálogo de uma (boa) editora brasileira, deparei com um livro que tratava, se não me engano, de antropologia ou sociologia religiosa. Como depois do título da obra (que se referia a

um caso preciso de nossa história ou vida social) estivesse transcrito o seu sumário, li este último – e nada tinha a ver com o título. O livro inteiro era uma discussão “com” (como se diz) alguns autores, sobretudo, se bem me lembro, Gramsci. O tema sequer tinha sido afluído! Piedosamente, imagino que a pesquisa tenha começado pela metodologia e, como se estendesse muito, o orientador teria recomendado ao pós-graduando que defendesse, como mestrado, a inchada parte metodológica...

Na verdade, a “questão de método” só tem sentido ser escrita *por último*. O método é algo que nós vamos constituindo à medida que pesquisamos – em filosofia, eu diria, à medida que escrevemos. Só ao término do trabalho é que sabemos como ele funcionou. E isso vale até para as teses ou dissertações medíocres: porque, se alguém só consegue utilizar teorias alheias com uma desesperadora falta de criatividade, parafraseando, repetindo etc., mesmo assim sempre realçará certos pontos da teoria imitada e deixará outros de fora; e nisso está sua, digamos, originalidade, ainda que fraca. Ora, se nunca um leitor repete exatamente o que leu, se há sempre alguma diferença entre o leitor e o autor (ou entre o autor de uma tese e o autor citado em sua bibliografia) mesmo quando o primeiro destes é desesperadoramente medíocre, o que não acontecerá quando ele tiver alguma qualidade? Seguramente poderá ter melhor noção do que lhe serviu mais, e do que lhe serviu pouco ou nada, nos autores em quem se inspirou.

Penso que este poderia ser um exercício bom com a bibliografia: em vez de redigir para a tese um enorme ensaio introdutório de resumo, geralmente mal feito, de obras que, elas, foram bem redigidas, indagar o que, em cada uma delas, foi ou pode ser fecundo (ou não) para o projeto em tela. Até para, eventualmente, se descobrir que o que não foi usado poderia ter sido mais rico, mais inspirador para a tese! Seja como for, a metodologia só pode ser explicada *a posteriori*.⁶²

Há temas interessantíssimos, mas que são devastados pela tendência a simplesmente reduzi-los a ilustração de uma tese bibliográfica. Vejam o absurdo: todo autor que é utilizado como referencial só conseguiu esse papel porque, em algum momento, inovou. Soube romper com as referências que o antecediam. Soube afastar-se, pelo menos um pouco, da tendência a considerar os autores como autoridades – e estou sendo literal, pensando no termo latino *auctoritates*,

⁶² Um esclarecimento: por metodologia, em trabalhos de pesquisa de campo, entende-se muitas vezes a descrição dos procedimentos adotados; é correto que isso preceda, na apresentação, o trabalho propriamente dito. Aqui, porém, como o leitor terá notado, utilizo o termo *metodologia* no sentido das referências teóricas de que se vale um estudo.

que designa o escritor a cuja obra os leitores, sobretudo os pósteros, conferem o valor jurídico de um precedente.

Esta ruptura com a autoridade não precisa ocorrer só depois de um interminável rol de ritos de iniciação e ascensão acadêmica – isto é, não é preciso primeiro fazer a iniciação científica, em seguida as teses,⁶³ aí os concursos,⁶⁴ para, depois de bem cooptado pelo sistema, de bem legitimado em sua trajetória, de bem normatizado em suas condutas e mesmo nos modos de sentir, o pesquisador se perceber autorizado a ousar. Porque quem nunca se atreveu pode ter dificuldades em, em algum momento, começar a ousar.

Tudo o que sugiro é que os temas de tese, que em Humanas, ao contrário das Exatas e Biológicas, geralmente têm muito a ver com o nosso desejo (e esta é uma extraordinária qualidade nossa), sejam trabalhados com maior abertura ao que eles têm a nos dizer.

Um pesquisador deve expor-se a seu objeto mais do que o faz. Parece-me que, com freqüência, os pesquisadores se vacinam contra seu objeto; que, este uma vez escolhido, eles se portam como europeus do começo do século XX, que partiam para a África – ou norte-americanos para o Brasil – carregados de remédios, água mineral e desinfetantes. Mas o que é desinfetar um tema? O que significa escolher um objeto de desejo e, depois disso, anestesiá-lo, esterilizá-lo?

Aprender com a literatura

Talvez falte, ao pesquisador em Humanas, a relação mais solta, e por isso mesmo mais rica, que temos, nós todos, leigos, e justamente por sermos leigos, com a literatura, o teatro, o cinema, a música. A maioria esmagadora de quem frequenta essas artes o faz como leigo, não como especialista ou crítico – e isso mesmo quando é, sob outros aspectos, um profissional consumado. Ora, como leigo, o leitor do romance ou o espectador do filme sofre, alegra-se, chora. Com isso ele vai-se formando, vai passando por sua *Bildung*, para usar a bela palavra alemã que designa uma educação como a construção que um ser humano faz de si. O romance, poema ou peça assim se incorpora em minha vida: eu anexo-o a meu modo de ver o mundo. No Brasil, aliás, as pessoas tanto cultas quanto incultas

⁶³ A dissertação de mestrado, a tese de doutorado e, em algumas universidades, de livre-docência e de professor titular.

⁶⁴ Os concursos de contratação, efetivação, livre-docente e titular.

assim procedem com a música popular, na qual aprendemos a *formular* o amor, a alegria, a tristeza e eventualmente a política.

Esta maneira mais livre de lidar com o que de melhor foi produzido no campo da cultura, com o que literalmente merece ser chamado *patrimônio* cultural e artístico, por que não pode inspirar-nos no trato com a pesquisa científica? Afinal, estamos selecionando o que é fundamental e o secundário, estamos incorporando – e descartando –, guardando – e esquecendo. Porque fazemos, mesmo os mais tímidos, sempre alguma triagem; então, por que não começar explicitando esta seleção, este recorte que efetuamos?

Mas o mais tentador, o melhor mesmo, é expor-se ao que o objeto ou o *corpus* traga de novo, de inesperado. Sei que isso vai contra quase tudo o que se aconselha na universidade. Por exemplo, se um aluno no segundo ano de graduação já ingressa na Iniciação Científica, ele provavelmente vai ligar-se tão logo possa a um professor ou linha de pesquisa, e ignorar as outras com que se depare. Se ele quiser terminar logo seu mestrado, vai sentir, mesmo sem ter muita consciência disso, que explorar novos rumos, correr riscos, aventurar-se por outros campos é perigoso para sua carreira. Em outras palavras, ouvirá de outros e sentirá ele próprio – mesmo que ninguém o diga nas palavras que ora emprego – que *tem todo o interesse em se tornar bastante limitado intelectualmente*. O resultado será algo que uma amiga minha, de outra área, certa vez me explicou, achando isso muito bom: que um bom aluno de graduação entrasse em seu laboratório, com uma iniciação científica, aos 19 anos, começasse o mestrado aos 22, o doutorado aos 24, e aos 28 estivesse como recém-doutor. Dez anos de bolsas, no laboratório das 9 às 18 horas, nunca correndo os riscos do mercado, nunca saindo da tutela acadêmica. Não faltará, nessa “vida” assim descrita, justamente um pouco de vida? Uma pessoa assim limitada poderá trazer alguma coisa inovadora? Não desperdiçará oportunidades que teria? Assusta-me que pessoas tão moças, quando poderiam estar experimentando o novo, cuidem com tanto empenho de seu futuro, melhor dizendo de um futuro que deveria ser descoberta e invenção mas é reduzido a mera carreira, a planejamento.

O corpo a corpus

Por isso, se posso recomendar algo, é que o jovem pesquisador se exponha mais a seu objeto de trabalho. Lembre que, nas Humanas, nada é apenas objeto, por que sempre, de alguma forma, tem a ver intimamente com o sujeito que o está

estudando.⁶⁵ Daí que, em vez de marcar essa exterioridade mecânica do sujeito ao objeto, mediados pela “bibliografia”, seja melhor mergulhar fundo, submeter-se ao que seu *corpus* (palavra melhor, esta, que dá um bem-vindo tom *físico* ao que estaremos fazendo) lhe trouxer de sugestivo. Muito vai surgir de errado, mas algo pode aparecer de novo e enriquecedor. Em suma, é preciso partir para o corpo a *corpus*, se me permitem essa expressão. Mas isso significa ir na contracorrente de praticamente tudo o que se ensina na universidade, de muito do que pretendem as agências de fomento.

Porém, o que desejamos? Será mesmo a inovação, a descoberta de novos caminhos? Se for isso, a via do enquadramento e da normatização de nossos estudantes não é a mais adequada. Ela serve para torná-los sérios, cedo demais – e esse peso, essa gravidade, essa ponderação de *seniores* precoces se nota com tristeza, quando por exemplo, em filosofia, a discussão de idéias é substituída pela história da filosofia. Quando o que deveríamos priorizar seria apenas uma coisa: como aproveitar o que a pesquisa traz de bom, de inovador, sua capacidade de pôr em xeque.

Que relação ter com a bibliografia

Mas talvez o problema esteja antes disso que afirmei. Pode ser que eu até esteja sendo otimista com o acesso que se tem à bibliografia, e que a realidade, nesse campo, seja pior do que imagino. Porque poucos lêem obras inteiras, mesmo quando se trata dos clássicos da área: elas chegam em xerox de capítulos ou passagens, eventualmente até com a indicação bibliográfica correta já apagada (quantos capítulos bons não circulam, por aí, sem que o aluno saiba mais quem escreveu a obra em questão?). Talvez o problema, antes mesmo do que eu afirmi acima, esteja no seguinte.

Numa palavra: lê-se mal. Com exceção dos cursos de filosofia e de letras, raramente se ensina a ler, com rigor, um texto. Aos textos se acede de maneira muito instrumental, como se contribuíssem eles para resolver um problema preciso: “Quero ‘uma bibliografia’ [expressão que muitas vezes quer dizer “um texto”, de modo que um termo coletivo se reduziu a singular] para tratar da questão tal.” Não se lê o texto de maneira interessada, mas interesseira. O resultado é o pior de dois mundos. Nem se conhece bem a obra lida, nem se produz conhecimen-

⁶⁵ Ver, neste mesmo livro, “As Humanas e sua aplicação prática”.

to inovador sobre o *corpus* escolhido. No modelo que eu acima criticava, supõe-se que pelo menos a obra foi conhecida bem, ainda que reduzida ao papel de referencial legitimador de uma pesquisa sem inovação. Mas parece que no dia-a-dia da pesquisa as coisas são piores.

O que propor, então? Penso que há duas prioridades. A primeira é realmente conhecer a bibliografia, mas para além da utilidade imediata. Na leitura quer dos clássicos da área, quer dos referenciais importantes, tem que se recuperar o senso da aventura. Eles não podem ser incorporados apenas porque nos interessam em determinado ponto preciso. Sem o tempo, mais vagaroso, de sua leitura como fim em si, como uma frequência prazerosa, eles sequer serão conhecidos direito. Nada disso, aliás, contradiz o que afirmei antes – apenas o complementa.

A segunda é estar atento aos pontos em que a bibliografia e nosso *corpus* estão de acordo, mas também àqueles em que irrompe a divergência. Aqui está o eixo do que vim afirmando: nunca aplicar mecanicamente uma chave a um problema.

Final sobre o começo

E assim podemos concluir por onde se começa, falando de títulos e resumos (também chamados de “abstracts”). Aqui também a produção recente deixa a desejar. Muitos títulos mais parecem listagens de palavras-chave do que, propriamente, títulos: lembro a tradução de *The origins of English individualism*, de Alan Macfarlane, que deu em português *Família, propriedade e transição social* (Rio de Janeiro, 1980), que mais parece ficha de tombamento catalográfico do que o nome de um livro! Mas o problema melhor se evidencia nos resumos. Estes padecem de quatro principais falhas:

1. Palavras desnecessárias. “Este artigo” ou, pior, “Neste artigo”, geralmente repetidas em todo começo de frase – como se o resumo se referisse a outra coisa que não o artigo que está sendo introduzido!
2. Abuso da voz passiva. Em vez de se dizer “vou argumentar que”, “proporei que” (ou “vamos argumentar”, “proporemos”), temos os anglicismos “é examinado tal assunto”, “será sugerido”, “são tratados”. Por quê? Palavras em excesso, construção pedante.
3. Uso excessivo, no resumo, de palavras-chave (que já têm seu lugar, numa relação a seguir) e de explicações sobre procedimentos e métodos. Em especial nas ciências sociais, ocorre de se insistir demais nos procedimentos adotados, no *corpus* escolhido, na metodologia utilizada e nos assuntos tra-

tados – ou seja, na *forma* que se seguiu, mais que nas conclusões a que se tenha chegado. Nada disso seria criticável, não fosse haver pouco espaço, e gastar preciosas palavras e caracteres que poderiam, *deveriam*, ser dedicados ao conteúdo, às teses ou hipóteses propostas, que são realmente o que conta.

4. Deficiência de conteúdo. Justamente pela razão que precede, e pela timidez que devasta os pesquisadores, acabamos sem saber, muitas vezes, o que o autor sugere como idéia sua. “Neste artigo se trata dos temas tais, pelo procedimento tal. São examinados tal e qual assuntos”, e com isso se encerra o resumo. Mas o que se fez com isso tudo?

Porque este é o problema decisivo, com o qual termino estas poucas páginas. Perde-se de vista, na profissão acadêmica, quer entre os iniciantes, quer mesmo entre os pesquisadores já mais titulados, o senso do que se está fazendo. Insiste-se demais na forma, nas referências. Dá-se demasiada importância às *auctoritates*. Toda uma nova escolástica assim se espalha pela profissão universitária. Como entre os escolásticos do começo da era moderna, que haviam perdido o viço de alguns predecessores seus medievais, dá-se peso excessivo às fontes, às autoridades, e importância em demasia à carreira acadêmica.

Ora, se fosse verdade que o importante hoje é a inovação, se realmente as lideranças universitárias e as agências de financiamento quisessem incentivar a pesquisa original, não se deveria querer exatamente o contrário: o risco, a opinião própria e fundamentada?